

ESTUDO DA VIOLÊNCIA CRIMINAL: O CASO DAS CIDADES MÉDIAS DO RIO GRANDE DO SUL(RS)¹

Eliane Melara
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Programa de Pós-Graduação em Geografia
geocalcitapiti@yahoo.com.br

Vanda Ueda
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Departamento de Geografia e Programa de Pós-Graduação em Geografia
vandaueda@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno que afeta toda a sociedade brasileira, principalmente as grandes metrópoles do Brasil, entretanto, as cidades médias também vêm apresentando significativos níveis de criminalidade. Estudar a violência a partir da Geografia vem sendo um grande desafio. A preocupação de focalizar o verdadeiro objeto da Geografia, o espaço, vem nos reforçando a ter cada vez mais clareza das especialidades da análise e do método geográfico. Para a Geografia, a violência é vista como uma prática sócio-espacial, ela se torna histórica e territorial, parte de uma totalidade em movimento: o espaço geográfico.

Neste contexto, este trabalho tem como objetivo construir uma análise sobre a questão da violência e da criminalidade no espaço geográfico, enfocando sua incidência nas cidades médias. Metodologicamente, delimitou-se como área de estudo para este texto as cidades médias do Rio Grande do Sul: Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande e Santa Maria (Figura 01); depois realizou-se uma matriz teórica sobre a questão das cidades médias, e, posteriormente sobre a problemática da violência e da criminalidade e sua incidência nas cidades; depois buscou-se dados no site <http://www.ciosp.rs.gov.br>², sobre as ocorrências criminais relacionadas a homicídio, lesões corporais, roubo e furto ocorridas na área de estudo destacada;

¹ Este texto é parte integrante da dissertação de mestrado de Eliane Melara (Mestrado em Geografia - UFRGS), bolsista CNPq por ocasião da pesquisa, orientada pela Prof.^a Dr.^a Vanda Ueda.

² DATASEG (Dados da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul). A Secretaria da Justiça e da Segurança, através do Departamento de Relações Institucionais, mantém o sistema de consultas às estatísticas de segurança pública, chamado DATASEG. Nele são divulgados os dados referentes às ocorrências criminais registradas e os índices previstos na Lei nº 11.343/99.

posterior a isso construiu-se tabelas e gráficos analisando e comparando os dados obtidos; e, por último formulou-se algumas considerações sobre o assunto trabalhado.

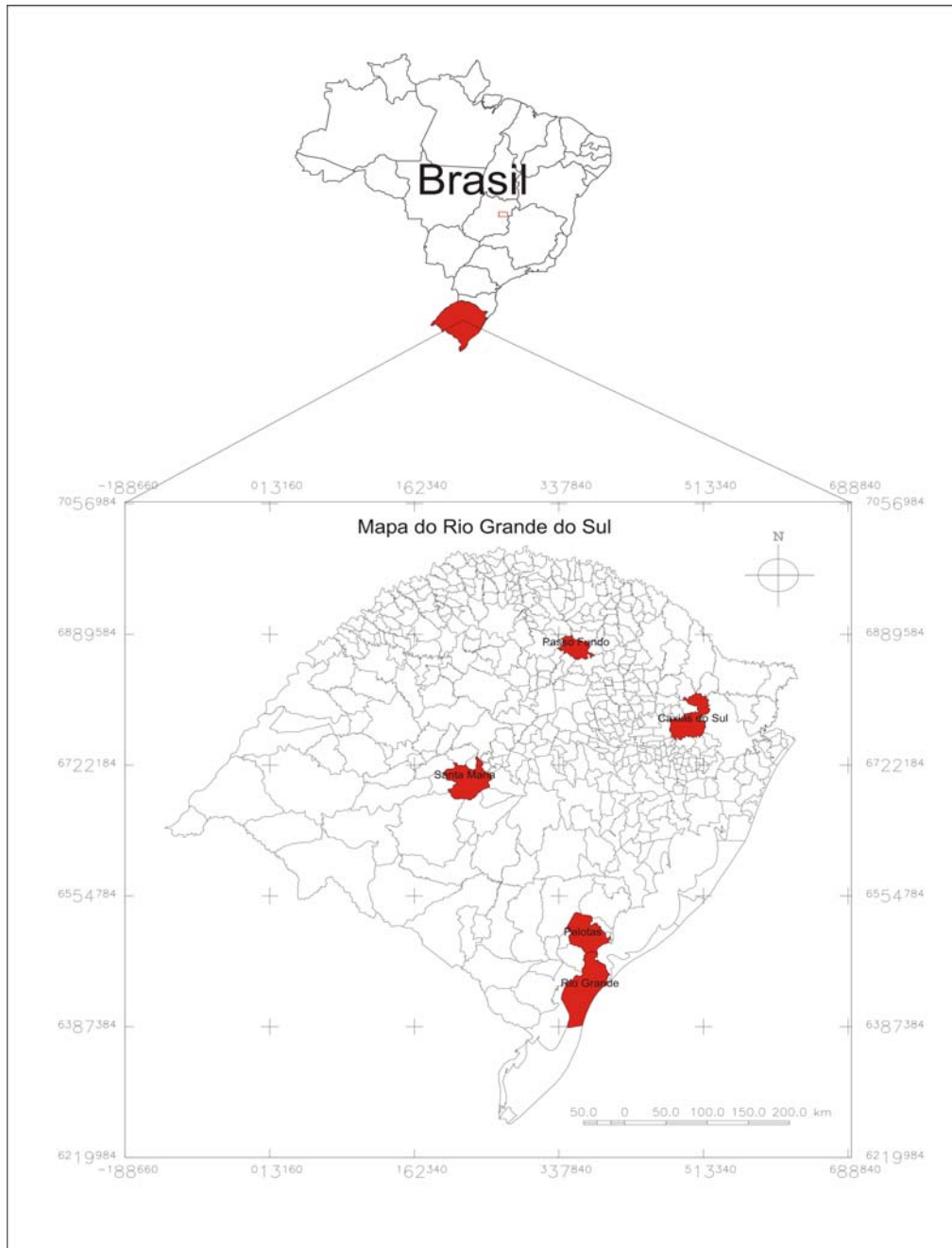


Figura 01: Localização das Cidades Médias do Rio Grande do Sul - Brasil

Desse modo, segundo Félix (1996, 148) “a Geografia do Crime não é a simples cartografia de áreas ou simples mapeamento da criminalidade. Ela tenta compreender o fenômeno de forma global, investigando a significância de todos os processos que levam ao crime, como os ambientais, os socioeconômicos, políticos, culturais, etc. para chegar a percepção de áreas de ocorrência”.

2. CIDADES MÉDIAS

Para falar de violência em cidades médias, é preciso primeiramente refletir sobre algumas considerações relacionadas a temática - cidades médias, consideradas neste estudo.

Segundo Costa (2006) recentemente, nos anos cinquenta e sessenta, com a emergência das preocupações com o desenvolvimento regional e com a correção dos desequilíbrios regionais, as cidades médias surgiram aos olhos dos planejadores como uma solução. Neste período, a cidade média não existia enquanto conceito, muito embora as cidades não metropolitanas e não capitais de estado tenham surgido como parte integrante de uma política regional que considerava as aglomerações urbanas industriais, designadas por pólos de crescimento”.

A autora acrescenta que o conceito de “cidade média” só surgiu pela primeira vez, uns anos mais tarde em França, associado às políticas de desconcentração de população e atividades implementadas pelo VI Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (1971-1975). Os documentos preparatórios do Plano faziam referência à pertinência da criação de uma política de cidades médias, mas foi apenas em 1971 que esta foi definida.

No Brasil, os estudos sobre cidades médias também passaram a ganhar maior relevância em 1970, a partir da formulação e implantação de programas governamentais direcionados a este segmento da rede urbana, através da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). O estudo surge da necessidade de conter a população que migrava para as grandes metrópoles brasileiras, bem como compreender a forma como as mesmas se inserem na dinâmica intra e interregional. A partir basicamente do critério populacional e critérios sócio-econômicos, se classificou

as cidades em: Metrópoles; as Cidades de Porte Médio, as Cidades de Pequeno Porte e as Cidades com Funções Especiais.

Nos últimos anos, o aumento considerável do número de cidades médias com mais de 100 mil habitantes, bem como o crescimento gradativo populacional dessas cidades no Brasil vem chamando a atenção de alguns estudiosos. De acordo com Nunes (2006) em seu artigo³ coloca que entre 1970 e 2000, as cidades de porte médio (com mais de 100 mil habitantes) passaram de 40 para 194 no país, concentrando 27,23% da população brasileira.

Andrade e Serra (2001)⁴, publicaram um livro a respeito das cidades médias brasileiras. Pode-se observar nesta obra muitos artigos analisando esta questão. Os autores retomam o tema trabalhado no Programa Nacional de Cidades de Porte médio, iniciado em 1976. Percebe-se que cada autor, ao utilizar a denominação “cidade média” adota um critério próprio, mas prevalece essa designação para os centros urbanos não-metropolitanos e não-capitais com população entre 100 mil e 500 mil habitantes.

Outra discussão que foi realizada neste período está vinculada a questão de considerar estes centros urbanos como cidades médias, ou como cidades intermediárias. Costa (2006) num de seus artigos⁵ faz uma discussão sobre a temática. Nos anos oitenta, e no seguimento das discussões tidas na década anterior a propósito das cidades médias, simbolizando a capacidade de estabelecer relação e integrar redes, aparece, deste modo, um novo conceito, o de “cidade intermediária” (Gault, 1989 apud Costa, 2006).

Segundo o autor, a noção de cidade média remete para aspectos estáticos: poder, população, *média*, em suma, valores estatísticos. A noção de cidade intermediária, ao contrário, esta vinculada a aspectos dinâmicos, a noção de estratégia, de posição a conquistar, de espaço a construir, de posição a ocupar, de mediação a criar entre os homens, os capitais. Este novo conceito veio para de adaptar aos desafios impostos pela globalização, e com a internacionalização da economia. A cidade média não se define pela sua posição em relação ao sistema urbano regional e

³ Artigo apresentado no II Simpósio Internacional sobre Cidades Médias na UFU, em 2006

⁴ Pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

⁵ Artigo apresentado no II Simpósio Internacional sobre Cidades Médias na UFU, em 2006

nacional, mas pela forma como estabelece relações com as diversas componentes desses sistemas. Já a cidade intermediária, estabelece a ligação entre os níveis superiores e inferiores da hierarquia, e também estabelece relações com outros territórios.

Atualmente encontra-se em discussão alguns critérios utilizados para classificar os centros urbanos como cidades médias. Neste texto colocaremos pontos que vem sendo discutidos pelos autores sobre a temática.

a) Demográfico

Um dos parâmetros mais utilizados para definir cidades médias baseia-se no critério demográfico, o qual é considerado por muitos autores como um critério insuficiente para a definição de cidades médias. Segundo Oswaldo Amorim Filho⁶, o critério demográfico é capaz apenas de identificar o grupo ou faixa que pode conter as cidades médias. Conforme Sposito (2001), esta abordagem apresenta muitas variações, serve somente para estabelecer recortes para organização de dados, segundo períodos e realidades sócio-espaciais. É critério muito elástico.

Dessa forma, observa-se que, somente o critério demográfico não é possível classificar um centro urbano como cidade média. Deve-se levar em consideração outros fatores.

b) Ponte entre local e global/relevância regional

Neste critério é fundamental a compreensão da rede urbana, onde as cidades médias compreenderiam aquelas que estariam num nível cujo oferecimento de serviços, produção, capacidade de oferecer empregos influenciariam o direcionamento de fluxos que deixam de ser dirigidos para as metrópoles, estabelecendo as cidades médias como centros de atração regional (Nunes, 2006).

Em relação a este critério, Santos e Silveira (2001) colocam que as cidades médias funcionam como ponte entre o global e o local, em vista das crescentes necessidades de intermediação e da demanda também crescentes de relações. Os sistemas de cidades constituem uma espécie de geometria variável, levando em conta a maneira como as diferentes aglomerações participam do jogo entre o local e o global.

⁶AMORIN Filho, Oswaldo. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, Thompson A., SERRA, Rodrigo Valente (org.). *Cidades Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p. 01-34.

É dessa forma que as cidades pequenas e médias acabam beneficiadas ou, ao contrário, são feridas ou mortas em virtude da resistência desigual de seus produtos e de suas empresas face ao movimento da globalização.

c) Centro urbano não-metropolitano/posição geográfica

De acordo com Nunes (2006) a posição a qual se encontram no território, ou seja, a posição geográfica, também pode ser levada em consideração. Sua proximidade a recursos econômicos importantes ou a nós do sistema de transportes são importantes para sua dinâmica. A posição espacial relativa a centros mais dinâmicos, influencia no seu comportamento regional, gerando um certo grau de autonomia em relação às cidades ao seu redor.

Em relação a este critério Spósito (2001, 627) coloca que:

Tanto maiores poderão ser os papéis urbanos de uma cidade, quanto mais distante estiver de outras que, pertencentes a níveis superiores da hierarquia urbana, possam oferecer mais bens e serviços à sociedade. Aceitando-se esse raciocínio, a distância dos grandes centros urbanos poderia ser uma das determinantes de maior ou menos importância de uma cidade.

Há um consenso sobre o fato de as cidades de porte médio que compõem áreas megalopolitanas, metropolitanas ou aglomerados não são cidades médias, pois poderiam ser classificadas analisando o critério demográfico, mas do ponto de vista econômico, compõem uma áreas estruturada funcionalmente, com grau significativo de integração ou coesão interna, então podem ser estudadas com base na divisão político-administrativas que orientam a coleta de dados populacionais.

d) Multicentralidade/segregação

A professora Maria Encarnação Betrão Sposito, num congresso⁷ realizado na PUC Minas, faz alguns comentários sobre esta questão, considerando que nas cidades médias este processo e segregação sócio-espacial vem se intensificando apesar de não apresentar grandes proporções se comparado às metrópoles. A construção de condomínios fechados vem aumentando muito nas cidades médias.

Em relação a isso, Nunes (2006) acrescenta que nas cidades médias observa-se uma segregação mais nítida, ou seja, as classes pobres estão mais distantes

⁷ VI Seminário Latino Americano de Qualidade de Vida Urbana e V Seminário Internacional de Estudos Urbanos, PUC Minas, Belo Horizonte-MG, 2006.

especialmente das classes altas em relação às metrópoles. Isso também é uma expressão do aumento significativo das periferias, locais de moradia por excelência das classes pobres. Nas metrópoles, muitas vezes, um condomínio fechado localiza-se ao lado de uma favela, isto é, existe segregação, no entanto, as classes encontram-se muito próximas, o que não acontece normalmente nas cidades médias.

O resultado disso é a formação de uma multicentralidade e um distanciamento de bairros populares de bairros de classe média e alta: relação complexa entre pobreza urbana e concentração espacial de riqueza.

e) *Continuidade territorial e as redes*

Spósito na sua mesa redonda no congresso da PUC Minas (2006) faz algumas colocações sobre este critério. Segundo a professora, do ponto de vista do mercado consumidor, as cidades médias continuam a desempenhar o papel de pólos para os quais moradores de cidades menores e de áreas rurais estão dispostos a se deslocar para realizar o consumo de bens e serviços mais sofisticados do que aqueles a que tem acesso nas cidades de menor porte. Desta forma o papel da proximidade continua a ter importância, mas as distâncias a partir das quais os consumidores estão dispostos a se deslocar, ampliaram-se, porque o tempo para esses deslocamentos tem diminuído, já que se ampliaram as formas de transportes, inclusive, com o aumento do número de veículos próprios, bem como a frequência das viagens propiciadas pelo sistema de transporte coletivo. Esses fluxos definem-se, assim, no âmbito da região e marcam e são marcados pela existência de um espaço de continuidade territorial, cuja configuração é a de uma área.

Nestas áreas sobrepõem-se os fluxos decorrentes do consumo de bens e serviços à distância, ampliando-se, de um lado, o papel das cidades médias, cujos atores econômicos e políticos mostram capacidade de oferecer bens e produtos mais qualificados e/ou mais baratos, competindo com outras cidades médias ou mesmo de maior importância na hierarquia urbana, gerando um espaço que se organiza em redes estruturadas pelos múltiplos fluxos possíveis desenhados pela comunicação por satélite. Essas redes podem reforçar relações que já haviam se estabelecido em períodos técnico-informacionais anteriores, constituindo a rede urbana organizada hierarquicamente, mas podem, também, subverter a ordem-tamanho dessa rede

urbana, já que as relações de concorrência ou complementaridade podem se dar entre cidades de mesma importância. Num caso ou no outro, a configuração em múltiplas redes é conformada com descontinuidade territorial.

f) estilo de vida

Costa (2006), enfoca que se faz importante o volume da população para uma cidade ser considerada cidade média, pois este centro urbano terá um papel a desempenhar no sistema urbano regional. Entretanto, ao critério quantitativo convém juntar critérios qualitativos.

A cidade média, para a maioria dos que usam o termo, evoca, sobretudo a idéia de um certo quadro de vida, de certas condições de existência, pode dizer-se um estilo de vida que não é das vilas rurais, privadas de equipamentos característicos da vida urbana e que estão longe do das grandes aglomerações, onde a escala não permite a existência de relações pessoais que fazem da cidade média uma comunidade de habitantes.

3. VIOLÊNCIA E A CRIMINALIDADE NO ESPAÇO URBANO

Este texto tem o objetivo de analisar alguns dados comparativos sobre a criminalidade entre as cidades médias do Rio Grande do Sul. Desta forma realizou-se um aporte teórico sobre os critérios utilizados para delimitação das cidades médias. Neste momento do texto, falaremos sobre a temática da violência nas cidades, a fim de, posteriormente trabalhar os dados sobre as ocorrências criminais das cidades selecionadas.

Definição de Violência

A primeira imagem da violência, mais imediata e mais sensível exprime-se pela agressão (Odalía, 1983). De acordo com este autor, o termo violência abrange um grande número de elementos, dentre os quais ele destaca a violência institucionalizada (a fome, a miséria, a segregação espacial, a exclusão social, os problemas de trânsito, o desemprego, a discriminação racial, entre outros); a violência política (um assassinato político, a invasão de um país por outro, a legislação eleitoral que fraudava a opinião pública, a corrupção, determinadas leis, etc) e a violência revolucionária, que também pode ser considerada uma violência política.

Moraes (1981) conceitua também que, violência está em tudo o que é capaz de imprimir sofrimento ou destruição do corpo humano, bem como o que pode degradar ou causar transtornos à sua integridade psíquica. Resumindo-se: violentar o homem é arrancá-lo da sua dignidade física e mental.

Analisando a problemática da violência é importante falar da questão criminal. De acordo com Dornelles (1992), a violência criminal é apenas uma das formas como se expressa a violência nas grandes cidades. Segundo ele, o crime não é um fenômeno igual em todas as sociedades e em todos os momentos da história. Por exemplo, o suicídio não é crime no Brasil, mas é punido na Inglaterra. Falar de crime, no Brasil é falar de uma porção de coisas: as fraudes da Previdência Social, a péssima distribuição de renda, a seca no nordeste, a mortalidade infantil, os acidentes de trânsito, entre outros. No entanto, a atenção pública é direcionada para um dos inúmeros aspectos da violência social, e centra a atenção dos órgãos do Estado e o ódio da população sobre a figura do criminoso comum, normalmente o assaltantezinho pé-de-chinelo. Cria-se uma falsa impressão de que a violência urbana é a mesma coisa que o crime. E que o crime é sempre igual aos comportamentos de apenas alguns segmentos suspeitos da sociedade.

Uma distinção de fundamental importância para este estudo é aquela entre violência e crime. Crime é qualquer infração a lei. É, portanto, um julgamento de uma ação com base em argumentos legais. Considerar a violência como sinônimo de crime é reduzir à discussão apenas àqueles atos que a lei prevê. A violência é uma noção mais ampla e mais sutil. Além disso, a confusão não se justifica também pelo fato de que nem todos os crimes são necessariamente violentos (Melgaço 2005, 17).

O Mito da Marginalidade

Ainda hoje reina o mito da não-violência. Normalmente a classe pauperizada é facilmente estigmatizada como suspeita de atos de vandalismo e banditismo. A violência é designada de antemão, para uma classe caracterizada como os “pobres”. A violência é identificada no ato de mobilizar-se, de lutar, de resistir e não nas razões concretas de desigualdade e de exclusão que levam a tanto. Esta capacidade de inversão do real enquanto mecanismo de mito da não-violência aparece de forma contundente no cotidiano de quem insiste em resistir.⁸

⁸ Chauí (1998) *apud* Koga (2003).

Em relação a isso, Zaluar (1996) continua a afirmar que a pobreza explica o crime significa também reforçar a opção preferencial pelos pobres que a política e a justiça brasileiras já fizeram há séculos. As atividades criminosas organizadas, que se valem do tráfico de drogas ilegais como do assalto e do seqüestro, enriquecem muito uns poucos, os quais transferem seus milhões para alguma fazenda em local remoto no interior do país ou para um dos muitos paraísos fiscais da economia globalizada. Como a investigação não tem seguido o rumo do dinheiro, ninguém sabe, por exemplo, onde os muitos milhões arrecadados no tráfico de drogas no Brasil, no qual muitos jovens pobres perdem tudo – suas próprias vidas -, foram parar.

Segundo Félix (1996) justifica-se esta tese de associação entre pobreza e criminalidade pelo fato de as variáveis criminológicas concentram-se ecologicamente em regiões de baixo nível socioeconômico. Mas esta tese é altamente contestada em razão das distorções nos dados oficiais e a própria ação das agências oficiais de controle e repressão do crime. Afirma-se que os crimes de propriedade cometidos por indivíduos de classe baixa são tratados pelos tribunais com mais severidade que os cometidos pela classe média-alta (estelionato, por exemplo). A observação e o processo dependerão da classe social.

Muitos autores vem trabalhando esta idéia como “o mito da marginalidade”: a visão dos favelados no senso comum da classe média e das elites, como “marginais sociais”. De acordo com Souza (2005), na visão conservadora, os moradores favelados seriam *economicamente* parasitários (pois vivem “às custas da sociedade”), *culturalmente desajustados* (pois muitos deles, recém-chegados do campo, vivenciaram pouco a pouco a cidade e não se adaptariam muito bem à vida urbana) e *politicamente perigosos* (porque potencialmente subversivos, ou passíveis de apoiarem o “comunismo”). Como mostram vários estudos empíricos realizados pela primeira metade da década de 1970⁹ eles não são nada disso: parasitários não são, porque imprescindíveis à economia urbana (como mão-de-obra abundante e barata: de operários a porteiros e empregadas domésticas;) desajustados tão pouco, pois na verdade se adaptam rapidamente as grandes cidades e acabam conhecendo-a até

⁹ PERLMAN, J. O mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1981 (1976); KOWARICK, L. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979).

melhor que os integrantes da elite; e quanto a serem “subversivos em potencial”, a realidade foi mostrando que muitos deles, no âmbito do clientelismo (isto é, da troca de votos e apoio político por benefícios materiais ou promessas nesse sentido), acabam votando em candidatos e partidos conservadores, contra seus próprios interesses objetivos de longo prazo.

Em relação a questão do mito da marginalidade, podemos considerar também, a forte influência da mídia para reforçar esta tese. Neste sentido, Souza (2005, 120) acrescenta que:

Adicionalmente, a imprensa e o Estado costumam caracterizar tais explosões de fúria e indignação como ‘provas’ de que os favelados são manipulados por traficantes, os quais exigiriam que eles queimassem os ônibus e fechassem ruas como uma ‘como uma manobra de despistamento’ para evitar uma intervenção da polícia. Com isso reforça-se na opinião pública o preconceito segundo o qual os favelados são ‘perigosos’, ‘não prestam’, pois são ‘coniventes com os bandidos’.

Violência e Medo

O medo da violência é um assunto de enorme importância que vem sendo discutido atualmente. Nas cidades a expressão do medo torna-se mais visível, modificando a estrutura espacial e os modos de vida das pessoas. Conforme Souza (2005, 102):

(...) A “cidade do medo”, a “fobópole”, é, precisamente” a grande cidade. Antes símbolo de civilização, de passeios ao ar livre em praça em parques e em meio a monumentos e chafarizes, de concentração de cultura e “civilização”, as grandes cidades vão se tornando lugares onde, cada vez mais, o mais sensato parece ser ficar em casa, assistindo a um vídeo na segurança (cada vez mais relativa) do lar. Muros, cercas eletrificadas, guaritas com vigias armados, cancelas para fechar ruas (não só ruas particulares, mas até mesmo logradouros públicos!), câmeras de TV: quem pode, faz da residência um verdadeiro *bunker*, ou passa a morar em um “condomínio exclusivo”, ou vai para o “interior”, para uma cidade menor, em busca de “paz” e “tranqüilidade”. Como se tudo isso adiantasse...

O medo e a necessidade de proteção crescente estão se refletindo nas diversas formas de aproveitamento do espaço transformando todo o *design* das estruturas urbanas. Este impacto da violência sobre o espaço está sendo analisado pelos planejadores urbanos que, ao invés de acessibilidade, estão cada vez mais preocupados em desenvolver projetos que garantam mais segurança aos cidadãos. (Félix, 1996). Nesta contextualização a mídia juntamente com o mercado imobiliário vem desenvolvendo um importante papel na construção do espaço urbano.

A autora afirma que, os bairros de classe média e alta exibem modelos defensivos que, a princípio, deixam a impressão de inviolabilidade total e, conseqüentemente, de total inacessibilidade com sensível redução do crime. Portanto, menos por ações públicas do que por iniciativa dos moradores ou dos construtores, surgem modalidades residenciais que tentam oferecer o máximo de segurança (guaritas, circuitos fechados de TV, porteiros eletrônicos, condomínios fechados). Por outro lado, quanto mais difícil for o acesso, técnicas mais aprimoradas tem que se utilizar e mais compensatório tem que ser o fruto desse trabalho. Isso implica um planejamento melhor e o desenvolvimento de crimes cada vez mais elaborados, e, por conseqüência, mais difíceis de serem contidos ou solucionados.

O medo afeta também os moradores das favelas e das periferias pobres. Em algumas favelas nem sempre os traficantes moradores de favelas respeitam os outros moradores, e segundo dados, a classe social que mais sofre com a violência é a classe pobre, que representam o maior número de vitimados.

No mundo todo, e não só no Brasil, parece que o medo é um traço cada vez mais da vida contemporânea. Há, claro, particularidades; em alguns lugares o medo se associa principalmente á criminalidade “ordinária”, enquanto em outros também se vincula ao terrorismo ou à violência de raiz religiosa ou étnica.

Tipologia do Crime e Sua Ocorrência

De acordo com a pesquisa de Félix (1996) a ocorrência de determinados tipos de crimes em determinadas áreas do espaço geográfico levam em consideração alguns pontos. No seu trabalho Félix pode fazer algumas análises em relação a isso.

Segundo ela, as manifestações espaciais são muito parecidas, o que facilita aplicação de estratégias preventivas. Existe um consenso de certas ocorrências se concentram em áreas centrais das cidades, de a zona rural exibir maior índice de crime contra a pessoa (assim como as sociedades mais “primitivas”); de os crimes de propriedade terem uma ampla distribuição suburbana; de a certeza da compensação do ato fazer as áreas de residências mais ricas sofrerem mais assédio de ofensores para crimes de propriedade; de vulnerabilidade do ambiente provocar maior atração.

Um estudo desenvolvido em Chicago (Brown, 1982 *apud* Félix, 1996) constatou que os crimes contra a pessoa tendem a ocorrer mais próximos da sua residência, da

mesma forma que o crime desarmado, o cometido por negros, adolescentes criminosos não-profissionais. Em contrapartida, o armado, o cometidos por brancos, adultos e criminosos profissionais ocorrem em locais mais distantes da residência do criminoso. Parece que os crimes de propriedade tem mais chances de sucesso quanto mais distantes são cometidos pois há uma redução no risco de ser reconhecido (embora raramente os ofensores ultrapassem os limites do seu meio, que pode ser uma comunidade, um bairro, etc.). Quanto ao crime violento, existe uma tendência muito grande de ofensores e vítimas serem da mesma classe social e viverem no mesmo tipo de vizinhança (50%).

Geralmente, as zonas com maior desenvolvimento urbano-industrial exibem as maiores taxas de crimes de propriedade (falsificação, trapaça, roubo, seqüestro, etc.), e quando se encontram “vieses” nesse tipo de correlação, outras variáveis devem ser pesquisadas.

No livro - “Violência e cidade” organizado por Renato Raul Boschi, Oliven (1982) coloca que, no Brasil, em geral, cerca da metade dos criminosos é de cor branca, mas há algumas variações significantes. Estelionato, tóxicos e crimes contra a pessoa apresentam maiores concentrações de brancos – o que indica forte contribuição negra para o roubo e o furto, carreiras de baixo prestígio. Isto pode ser explicado, por exemplo, pelo fato de que no crime organizado, como o tráfico, a corrupção política, os desvios de dinheiro, tem os seus dirigentes entre a população mais rica e mais instruída da sociedade, o que acontece com maior freqüência entre as pessoas de cor branca. Ao passo que, furtos e roubos simples são praticados por pessoas que, na maioria das vezes são pobres e, muitas vezes, de cor negra.

Fontes de dados

Os Geógrafos utilizam-se muito das fontes de dados para realização de suas pesquisas. Neste trabalho também utilizamos os dados da DATASEG, entretanto, faz-se necessário que saibamos das limitações que as fontes de dados trazem para nossos trabalhos, muitas vezes contornando para determinados resultados, os quais não são de todo verdadeiros.

Félix (1996) em seu artigo¹⁰ colocou que muitas vezes as pessoas se quer registram os crimes dos quais formam vítimas. De acordo com o IBGE (PNAD-88), 68% das vítimas de roubos e furtos não registram queixa por descrença na instituição (28%), falta de provas (23%), por não considerar o fato importante (22%) e por medo de represália (4%). Os registros criminais, além de limitarem o objetivo da investigação para uma pequena proporção da criminalidade, ainda dão sustentação à ideologia de que os maiores criminosos são os pobres oriundos de grupos marginalizados (negros, especialmente), por serem os criminosos mais detectados.

Neste sentido, CARDIA, ADORNO, & POLETO (2003), afirmam que as estatísticas de homicídios não são isentas de problemas. Segundo os autores os dados sob responsabilidade do Ministério da Saúde têm como fonte primária de informação o registro do atestado de óbito. Cada óbito suscita um registro. Esta fonte permite conhecer a *causa mortis* bem como características sociais da vítima. Nada diz a respeito dos possíveis agressores. Além disso, suspeita-se que nos estados do Norte e Nordeste do país uma parte das mortes deixem de ser comunicadas, enquanto nos estados Sul e Sudeste o fenômeno de subnotificação seja praticamente inexistente.

Por sua vez, os dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Segurança Pública revelam outras tantas limitações. As estatísticas oficiais de criminalidade comportam não poucos problemas, entre os quais a suspeita de elevadas “cifras negras”, a intervenção de critérios burocráticos de avaliação e desempenho administrativo, as “negociações” paralelas entre vítimas, agressores e autoridades, a implementação de políticas determinadas de segurança pública que, conjuntamente, privilegiam a contenção de uma outra modalidade delituosa e ainda a desistência da vítima em denunciar ocorrência motivada por desinteresse pessoal ou descrença na eficácia das instituições.

O registro primário (Boletim de ocorrências e Inquéritos Policiais) contém o mérito de reunir possível agressor, vítima e cenário social. No entanto, os dados armazenados, classificados e divulgados se limitam a fornecer informações sobre o número de ocorrências segundo o tempo, distrito policial de denúncia do fato a autoridade policial, natureza da autoria (conhecida ou desconhecida), natureza de ação

¹⁰ FELIX, A. S. Geografia do Crime. São Paulo. **Revista de Geografia**: Editora UNESP. V13, 1996.

(crimes segundo a tipologia prevista no Código Penal, se tentado ou consumado). Caso se pretenda caracterizar, sob ótica sociológica, o cenário social ou o perfil das vítimas e agressores, ou mesmo as circunstâncias de morte, é preciso consultar um a um os Boletins de Ocorrência e os Inquéritos Policiais instaurados, o que se traduz num obstáculo aos pesquisadores dados o volume de trabalho e as dificuldades de acesso à fonte. Mesmo o recurso da amostragem probabilística encontra obstáculos relacionados à precisão do universo empírico (CARDIA, ADORNO, & POLETO 2003).

Melgaço (2005) acrescenta que é preciso ter em mente também que a polícia age a partir de estereótipos na hora de abordar um suspeito, inflando, por exemplo, os números em relação a população pobre e negra. As estatísticas super-representam crimes cujas as vítimas são de bairros ricos e sub-representam aqueles nos quais as vítimas são de bairros pobres. Foucault (1987, 211) nos lembra que “o delinqüente se distingue do infrator pelo fato de não ser tanto o seu ato quanto sua vida o que mais o caracteriza”. E as estatísticas, muitas vezes procuram mais por delinqüentes do que por infratores. A criminalização dos subalternos revela-se como poderoso instrumento de controle social.

4. ANÁLISE DE TABELAS E GRÁFICOS

Nesta parte do trabalho realizaremos uma análise comparativa entre alguns dados criminais (DATASEG), que representam, de certa forma, um aspecto da violência nas cidades estudadas. Dessa forma, para a construção deste texto, delimitaram-se dados relacionados a crimes contra pessoa e crimes contra propriedade, de acordo com a definição do Código Penal.

Crimes Contra Pessoa: Homicídio e Lesão Corporal

Na primeira tabela tem-se os números que representam as taxas de homicídio entre os anos de 2000 e 2005.

1. Dados sobre o número de homicídios – comparação entre os dados de 2000 e 2005

Meses	Caxias do Sul		Passo Fundo		Pelotas		Rio Grande		Santa Maria	
	2000	2005	2000	2005	2000	2005	2000	2005	2000	2005
Jan	1	4	2	1	2	5	1	2	0	2
Fev	4	9	2	1	3	2	0	2	2	1
Mar	1	6	0	0	0	2	1	3	1	0
Abr	3	6	2	5	0	2	1	2	2	2
Mai	1	10	0	1	2	1	1	2	0	1
Jun	7	8	3	3	1	2	3	2	2	0
Jul	4	6	4	1	0	4	3	0	0	2
Ago	1	3	2	2	4	3	0	1	1	0
Set	7	5	2	1	1	1	2	1	0	1
Out	3	5	0	1	1	1	0	0	2	2
Nov	0	4	1	1	1	3	1	0	1	2
Dec	2	5	0	4	0	0	2	2	4	2
Total	33	70	18	21	15	26	15	17	15	15

E no gráfico (Figura 02) tem-se uma ilustração dos dados gerais da tabela.

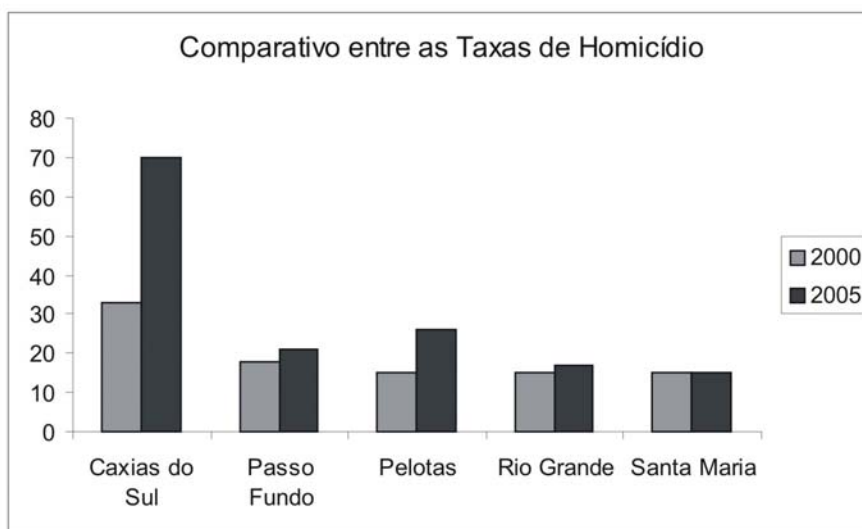


Figura 02: Gráfico comparativo entre os dados de 2000 e 2005 - homicídio

Como se pode perceber, em quase todas as cidades médias aqui selecionadas, o número de homicídios aumentou consideravelmente nos últimos 5 anos. Caxias do Sul destacou-se mais em relação as outras cidades, pois o número de homicídios praticamente dobrou em 5 anos. Em Passo Fundo e Pelotas o número de homicídios apresentou um pequeno aumento. Já Santa Maria e Rio Grande, pode-se perceber que, praticamente, este número se manteve.

Na próxima tabela temos as informações referentes ao número de casos de lesão corporal.

2. Dados sobre o número de ocorrências de lesão corporal – comparação entre os dados de 2000 e 2005

Meses	Caxias do Sul		Passo Fundo		Pelotas		Rio Grande		Santa Maria	
	2000	2005	2000	2005	2000	2005	2000	2005	2000	2005
Jan	230	291	124	196	257	277	142	209	195	284
Fev	212	226	97	151	224	259	159	192	195	228
Mar	232	249	116	174	205	257	181	169	178	257
Abr	209	233	111	144	235	191	140	124	179	177
Mai	211	250	118	126	158	189	88	122	171	217
Jun	219	222	92	106	188	227	81	138	155	200
Jul	202	207	105	142	148	196	104	128	128	197
Ago	203	259	100	143	169	228	123	133	197	193
Set	211	225	100	152	174	189	108	108	166	165
Out	274	225	124	161	204	230	115	139	190	213
Nov	263	275	133	204	215	239	137	141	163	246
Dec	238	270	142	148	192	233	144	150	194	225
Total	<i>2704</i>	<i>2932</i>	<i>1362</i>	<i>1847</i>	<i>2369</i>	<i>2715</i>	<i>1522</i>	<i>1753</i>	<i>2111</i>	<i>2602</i>

Na Figura 03, tem-se um gráfico para melhor visualização e compreensão dos dados.

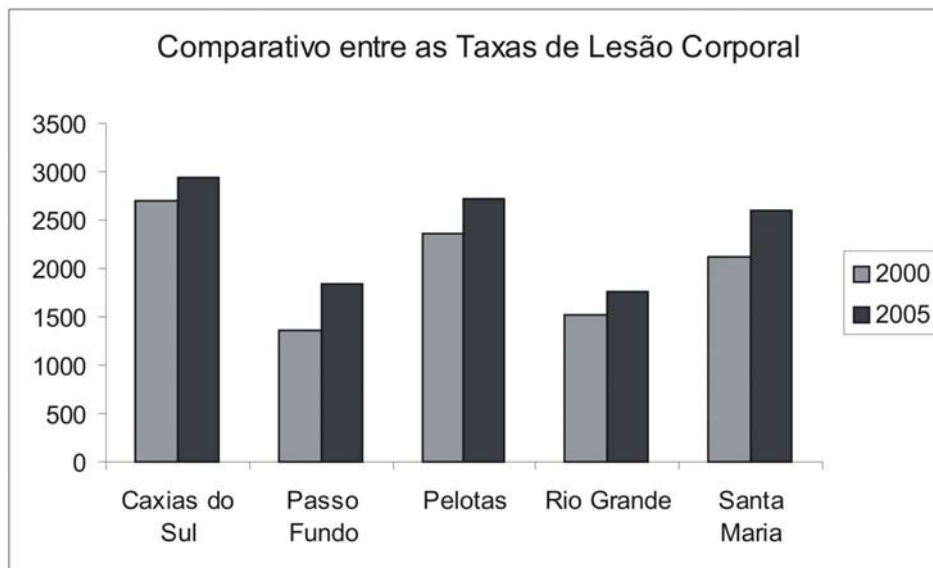


Figura 03: Gráfico comparativo entre os dados de 2000 e 2005 – Lesão corporal

Em relação a este tipo de crime percebe-se que o número de ocorrências também aumentou nestes últimos 5 anos. Caxias do Sul continua com os maiores números, no entanto foi em Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria que os números apresentaram um maior aumento em 2005 se compararmos aos dados de 2000, sendo que em Santa Maria observamos maior destaque.

Crimes Contra a Propriedade: Roubos e Furtos

Na tabela 03 e gráfico (Figura 04) a seguir tem-se os dados relacionados aos roubos e furtos ocorridos no ano de 2005.¹¹

¹¹ Não foi possível fazer uma comparação entre os dados de 2000 e 2005 já que demandaria muito tempo para obtenção destas informações

3. Dados sobre roubo e furto - 2005

Meses	Caxias do Sul		Passo Fundo		Pelotas		Rio Grande		Santa Maria	
	Roubo	Furto	Roubo	Furto	Roubo	Furto	Roubo	Furto	Roubo	Furto
Jan	204	730	64	564	138	591	99	308	119	584
Fev	195	734	65	405	150	596	78	316	85	537
Mar	216	784	95	511	174	581	97	297	96	619
Abr	221	883	80	420	172	632	108	337	82	591
Mai	266	805	93	453	221	625	89	388	129	603
Jun	178	747	75	415	196	617	102	341	126	620
Jul	228	723	82	451	179	670	90	342	114	596
Ago	222	795	74	464	156	694	121	410	81	594
Set	230	825	77	409	188	657	102	337	104	492
Out	219	702	95	425	164	610	65	304	101	506
Nov	180	654	84	409	139	582	62	304	119	504
Dec	189	659	84	395	208	485	73	339	121	427
Total	2553	9291	975	5356	2088	7375	1088	4068	1280	6833

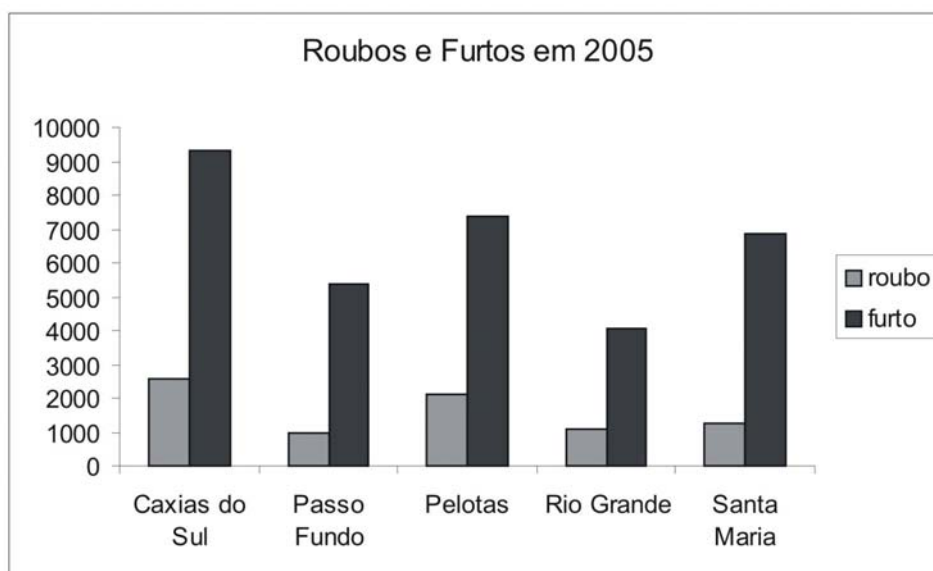


Figura 04: Gráfico com os dados de 2005 – roubos e furtos

De acordo com a tabela e o gráfico, percebe-se que é bastante elevado o número de roubos e furtos que ocorreram nas cidades médias do Rio Grande do Sul em 2005, sendo que os furtos são os mais numerosos. Novamente Caxias do Sul se destaca em relação as outras cidades com seu elevado número de roubos e, principalmente, de furtos. Pelotas e Santa Maria também apresentaram um número elevado deste tipo de crime.

Na última tabela desta pesquisa realizou-se uma comparação entre o número de habitantes¹² das cidades estudadas e o número de crimes ocorridos no ano de 2005.

Nesta tabela observa-se que a cidade média com maior população é Caxias do Sul, isto poderia justificar, de certo modo o elevado número de crimes em comparação com as outras cidades. Entretanto em relação ao número de homicídios não é possível levar em consideração o número de habitantes já que Pelotas possui um número de habitantes bastante aproximado de Caxias do Sul, e suas taxas de homicídio são bem inferiores.

4. Tabela comparativa entre o número da população e o total de crimes no ano de 2005

Dados Cidades	Pop Total	Homicídio	Lesão Corporal	Roubo	Furto
Caxias do Sul	404.187	70	2932	2553	9291
Passo Fundo	185.279	21	1847	975	5356
Pelotas	342.513	26	2715	2088	7375
Rio Grande	195.392	17	1753	1088	4068
Santa Maria	266.042	15	2602	1280	6833

Caxias do Sul é um dos Pólos industriais do Rio Grande do Sul, isto é, é considerada uma cidade bastante desenvolvida economicamente em relação as outras cidades médias, e pelo que observamos, uma cidade bastante violenta se comparada as outras cidades médias do estado, e apesar de ser considerada a cidade de melhor *status* econômico entre as 5 aqui estudadas, apresenta maiores dados

relacionados a homicídios. Rio Grande e Santa Maria destacaram-se por demonstrar um número bastante reduzido de homicídios e roubos. Rio Grande apresentou os menores números de dados relacionados a lesão corporal e furtos, mesmo sendo uma cidade portuária. E as outras cidades apresentaram um elevado número de crimes relacionados a lesão corporal e ao furto.

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DO TEXTO

É conveniente explicitar que a temática – violência - é um assunto muito complexo e envolve uma multiplicidade de fatores. Nesse texto trabalharam-se alguns aspectos da relação – cidade média, violência e criminalidade. Apesar deste estudo estar assentado num modelo estatístico de comportamento, com preocupações com a identificação dos lugares de ocorrência dos crimes, está ciente da importância de se considerar os processos sociopolíticos, os conflitos de classe, os comportamentos e as formas de percepção social e econômica do espaço.

Neste sentido, a Ciência Geográfica vem procurando contribuir para esta análise no campo da violência. De acordo com Félix (1996, 164) “se a Geografia está ou não conseguindo explicar convenientemente as causas do crime aplicado, ainda é prematuro afirmar. O que parece importante é que ela está investindo tempo e energia na compreensão de tópicos muito explorados por várias ciências, especialmente Sociologia e Criminologia, mas abordados ainda timidamente pela Geografia – como avaliação das variáveis demográficas no estudo da gênese criminal”.

Em resumo, se a dinâmica criminal pode ser um dos fatores de transformação do espaço e reorganização espacial (o crime transforma o espaço e seus significados) e a Geografia tem potencial para colaborar no planejamento urbano-metropolitano, ela deve inserir suas análises a dimensão da criminalidade.

6. BIBLIOGRAFIA PESQUISADA

AMORIM FILHO, Oswaldo B. 2001 **Evolução e Perspectivas do Papel das Cidades Médias no Planejamento Urbano e Regional**. In: ANDRADE, Thompson A., SERRA, Rodrigo Valente (org.). *Cidades Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA.

¹² Estimativa do Censso para 2005

ANDRADE, Thompson A., SERRA, Rodrigo Valente (org.). 2001. **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA.

CARDIA, N.; ADORNO, S. & POLETO, F. 2003. Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v. 17, n. 47.

COSTA, da M. E. Cidades Médias: Contributos para a sua definição. **II Simpósio Internacional Cidades Médias: Dinâmica Econômica e Produção do Espaço**. 2006. Anais [do] II Simpósio Internacional sobre Cidades Médias / coordenadores Beatriz Ribeiro Soares, Júlio César de Lima Ramires. Uberlândia : UFU, Instituto de Geografia.

DORNELLES, J. R. 1992. **O que é crime**. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense.

FELIX, A. S. Geografia do Crime. 1996. São Paulo. **Revista de Geografia**: Editora UNES. V13.

FOUCAULT, M. **Vigiar E Punir**: história da violência nas prisões. 1987. Tradução: Ramalhe. R. 11 ed. Petrópolis: Vozes.

KOGA, D. **Medidas de Cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. 2003. São Paulo: Editora Cortez.

MELGAÇO, L. de M. **A Geografia do atrito**: Dialética Espacial e Violência em Campinas-SP. 2005. São Paulo. Dissertação de Mestrado: USP.

MORAIS, R. de. 1981. **O que é violência urbana**. São Paulo: Brasiliense.

NUNES, M. Contribuições para a discussão sobre cidades médias. 2006. **II Simpósio Internacional Cidades Médias: Dinâmica Econômica e Produção do Espaço**. Anais [do] II Simpósio Internacional sobre Cidades Médias / coordenadores Beatriz Ribeiro Soares, Júlio César de Lima Ramires. Uberlândia : UFU, Instituto de Geografia.

ODALIA, N. 1983. **O que é violência**. São Paulo: Editora Brasiliense.

OLIVEN, R. G. 1982. Chame o ladrão: as vítimas da violência no Brasil. In: **Violência e cidade**. Renato Raul Boschi *et al*/ Rio de Janeiro: Zahar Editores.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil; território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

PERLMAN, J. 1977. **O mito da Marginalidade**: favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: paz e Terra

SOUZA, M. L. de. **Clima de Guerra Civil?** Violência e Medo nas Grandes Cidades Brasileiras. 2005 In: Edu Silvestre de Albuquerque (org). Que País é Esse? Pensando o Brasil Contemporâneo. São Paulo: Ed. Globo.

SPOSITO, Maria Encarnação B. (org). **As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos**. 2001. In: Urbanização e cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: GÁS PERR – FCT/UNESP.

_____. Mesa redonda: Estudos Urbanos e Cidades Médias. **VI Seminário Latino Americano de Qualidade de Vida e V Seminário Internacional de Estudos Urbanos**. Belo Horizonte-MG, PUC Minas, 2006.

ZALUAR, A. **A Globalização do Crime e os Limites da Explicação Local**. 1996. **Revista Cidadania e violência**. Gilberto Velho e Marcos Alvito. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV.